



Ciclovias *para* *ampliar* oferta de transporte

Objeto de polêmicas, o plano de implementação do sistema da Prefeitura prevê alcançar 400km de vias cicláveis na Capital. Reportagem do **Jornal do Engenheiro** percorreu alguns trechos e verificou sua necessidade e ajustes a serem feitos.

Páginas 4 e 5

UM ENCONTRO FUNDAMENTAL

De 1º a 13 de junho, acontece em Genebra, na Suíça, a 104ª Conferência promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O encontro, que ocorre todos os anos, reúne delegados representantes do movimento sindical, dos empregadores e de governos de 185 estados membros desse fórum que tem sido essencial à melhoria das condições de vida dos trabalhadores em todo o mundo. Entre as entidades brasileiras, estará representada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), tendo em vista não só seu profundo engajamento na luta geral dos trabalhadores, mas também sua convicção da necessidade de haver solidariedade global para que as lutas comuns sejam vencidas.

Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

Nesta edição, têm destaque na pauta de debates a criação de empregos que atendam às prerrogativas do trabalho decente, a proteção social e a aplicação efetiva das normas internacionais. O combate ao uso de mão de obra infantil e os efeitos da mudança climática também compõem a agenda por meio de eventos específicos. Esse encontro, cujo foco é o mundo do trabalho e os interesses da maior parte da população em todos os continentes, é fundamental para que as sociedades e os governos tenham uma percepção mais clara desse panorama. É inadmissível que

com a capacidade de produção de riqueza e avanço tecnológico alcançada pela humanidade, ainda existam bilhões de seres humanos que vivem não só à margem dos grandes benefícios da contemporaneidade, mas estejam submetidos a condições ultrajantes de trabalho e, portanto, de vida. Assim, experimentam uma realidade que inclui jornadas excessivas, salários aviltantes, condições insalubres e inseguras, assédios sexual e moral, risco de demissão imotivada, além de trabalho escravo e infantil ou o simples desemprego e miséria. É urgente mudar esse cenário. Essa discussão, certamente mais que propícia no mundo, atualmente é emergencial no Brasil. O País, que ainda tem muito a fazer para atender a padrões ideais de trabalho e seguridade social, não pode se dar ao luxo de abrir mão das conquistas existentes. Um risco iminente de que esse movimento aconteça é o projeto que libera a terceirização indiscriminada da mão de obra, já aprovado na Câmara e à espera de apreciação no Senado. Tal passaporte para o atraso precisa ser derrotado. Defendido como forma de melhorar a competitividade das empresas,

nada mais será que a precarização das relações de trabalho. O setor produtivo nacional deve lançar esforços para aumentar a sua produtividade, com inovação, tecnologia e aprimoramento do seu quadro de empregados, não o contrário.

A 104ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho será realizada em Genebra neste mês de junho e coloca em pauta a criação de empregos que atendam às prerrogativas do trabalho decente.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal trazem uma série de garantias que fazem parte do nosso avanço civilizatório. Pretender liquidar tais dispositivos é retroceder social e também economicamente. Trabalhem pelo sucesso da conferência da OIT e torçamos para que de Genebra soprem ventos que façam ver ao Congresso, ao governo e ao empresariado brasileiros que para frente é que se anda.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edison Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de junho de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Inovação: força motriz do desenvolvimento econômico

Edilson Reis

PARA CRIAR UM MARCO nas relações institucionais e incentivar investimentos em inovação, foi sancionada em dezembro de 2004 e regulamentada em 2005 a Lei nº 10.973, conhecida como Lei de Inovação, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. Estimula também a formação de ambientes especializados e cooperativos de inovação, inclusive, ações de empreendedorismo tecnológico, incubadoras e parques tecnológicos.

Com o mesmo objetivo, a Lei nº 11.196 e o Decreto nº 5.798/2006 regulamentam incentivos às atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica e incorporam o conceito de inovação com base no Manual de Oslo. Esses incentivos e a implantação dos parques tecnológicos criam uma sinergia na área do conhecimento, que pode fazer do Brasil um candidato ao berço mundial da inovação.

Nesse campo, poderíamos estar bem à frente da China e da Coreia, países que cada vez mais investem nesse segmento. Como descreve o engenheiro consultor em processos de inovação Valter Pieracciani, em seu livro “Usina de inovações”, o Brasil já foi forte em inovação. Décadas atrás, investia muito mais em relação ao seu PIB em pesquisa e desenvolvimento do que a China. A produtividade

da nossa economia ficou praticamente estagnada no período de 1980 a 2010, os nossos investimentos em P & D foram suprimidos, pela perda de foco, atribuída à vocação de que o Brasil, celeiro do mundo, teria que produzir alimentos e exportar grãos. Ledo engano. O País sofreu e ainda sofrerá graves consequências se não for feita uma rápida recuperação de sua posição de nação inovadora.

Precisamos melhorar nossa relação do investimento x PIB, aumentar o número de requerimentos de patentes, indicador que tem relação direta com isso. A inovação é um processo que exige essa contrapartida.

No campo educacional, carecemos ainda de mudanças estruturais no ensino para preparar o engenheiro aos desafios do século XXI. Afinal, numa economia cada vez mais globalizada e competitiva, nenhuma empresa atingirá uma boa produtividade e qualidade se não tiver em seu quadro pessoal técnico qualificado, motivado, capaz e criativo para inovar.

Pensando nesses desafios, a exemplo do exitoso projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) que conta com a adesão do SEESP, novamente esse sindicato assume uma agenda propositiva para discussão de projetos em prol do desenvolvimento nacional.

Assim, identificou uma oportunidade e ofereceu à sociedade outro projeto inovador: o Instituto Superior de Inovação e tecnologia

(Isitec), que pretende revolucionar o sistema educacional na formação do engenheiro.

Destaque à visão de futuro da diretoria do SEESP, sob a liderança do presidente da entidade, Murilo Pinheiro, que transformou um sonho em realidade, estruturando um curso de Engenharia de Inovação, com currículo diferenciado, para abrigar alunos potencialmente criativos e formar engenheiros com visão multidisciplinar capazes

No campo educacional, carecemos ainda de mudanças estruturais para preparar o engenheiro aos desafios do século XXI. Mantido pelo SEESP, Isitec pretende revolucionar esse sistema.

de estruturar soluções para os desafios da inovação. O Isitec iniciou no dia 23 de fevereiro último o ano letivo, com aula inaugural proferida pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo.

Colocado o “ovo de pé”, é preciso mantê-lo. Cabe aos diretores, delegados sindicais e associados ao SEESP – entidade mantenedora do instituto – buscarmos parcerias e convênios de cooperação técnica para promoção de cursos de pós-graduação, de educação continuada etc..

Edilson Reis é engenheiro especialista em transporte, diretor executivo do SEESP, coordenador do Grupo de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana da entidade e membro dos conselhos Tecnológico e Editorial do sindicato

REGIME DE VOTAÇÃO

VAMOS VOTAR A REVOGAÇÃO DA LEI DA GRAVIDADE.



REGIMEDEVOTAÇÃOOSQUE-SÃO AFAVORFIQUEM COMO ESTÃO OSQUESAOCONTRASE-MANIFESTEM.



PRONTO. REVOGADA A LEI DA GRAVIDADE!



VAMOS VOTAR A PEC PROPONDO QUE O BRASIL SEJA UMA PROVINCIA MARCIANA

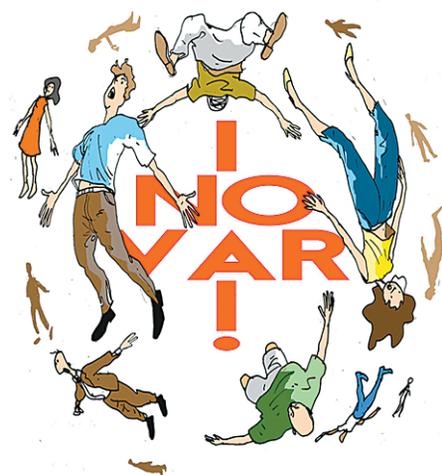


REGIMEDEVOTAÇÃOOSQUE-SÃO AFAVORFIQUEM COMO ESTÃO OSQUESAOCONTRASE-MANIFESTEM.

APROVADO!



QUAL A PROXIMA? EMENDA DIZENDO QUE CRIEI O MUNDO EM SEIS DIAS.



Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651 – (11) 3284-9880



Engenharia para integrar CICLOVIAS NO P

Deborah Moreira

OBJETOS DE POLÊMICA, as ciclovias que vêm sendo implantadas na Capital pela atual gestão municipal são consideradas fundamentais dentro de um plano integrado de mobilidade urbana. Essa é a opinião de Edilson Reis, diretor do SEESP e especialista na área. Na sua ótica, devem ser pensadas como contribuição ao incremento da oferta de transporte, em harmonia com outros modais como ônibus e carros de passeio. Na cidade, espaço privilegiado ainda é mantido ao transporte individual.

“É preciso dar segurança ao usuário e harmonizar as ciclovias com demais modais”, diz Edilson Reis, diretor do SEESP.



Algumas ciclovias precisam de ajustes, como a da Avenida São Luís, no Centro, que compartilha espaço com pedestres na calçada.

Em março deste ano, a frota total de veículos da cidade já batia os 8,5 milhões, segundo o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran). São 5,6 milhões de carros de passeio. Para mudar essa lógica, como defende historicamente o SEESP, é necessário priorizar o transporte coletivo, sobretudo de média e alta capacidade, e valorizar sistemas complementares, em que se incluem as ciclovias.

Adotar as bicicletas e enxergá-las nesse contexto passa ainda por mudança cultural. Ao seu incentivo, Reis enfatiza: “Para que as pessoas possam usar mais esse meio, o primeiro passo é construí-los. O segundo é dar segurança para quem já anda e a quem venha a optar por pedalar nas vias da cidade”, explica. “Agora com as vias pintadas e sinalizadas no centro, sinto segurança em levar meu filho (*de 12 anos de idade*). Tem alguns pontos que ainda precisam ser melhorados, mas são ajustes. O mais importante já aconteceu, que é começar a fazer”, atesta o músico Daniel Coronado, que é bastante experiente no pedal e se voluntariou a andar com a equipe do **Jornal do Engenheiro** em alguns trechos (*veja quadro*).

Não obstante critique o plano que vem sendo posto em prática pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por entender que ocorre em detrimento da implantação de corredores de ônibus, o engenheiro especialista em mobilidade urbana Sergio Ejzenberg concorda que o sistema é complementar. Ele pondera: “O nosso plano cicloviário focou na área central e esqueceu as periferias, onde a demanda é maior.” Ele sugere a criação de bicicletários nas periferias junto às estações

de trem ou de metrô: “Aí a pessoa faz parte do trajeto de bicicleta e o restante por meio de transporte de massa.”

O plano

O projeto vem sendo implementado em cumprimento ao que estabelece o Plano Diretor Estratégico, aprovado pela Lei 16.050, de 2014, para ampliar a rede e qualificar o transporte público. Já o Plano de Metas, exigido da administração pública pela Lei Orgânica do Município desde 2008, tem o compromisso de desenvolver e favorecer o uso da bicicleta como modo de transporte e a Meta nº 97 prevê a construção de 400km de vias cicláveis até 2016, além dos 63km existentes anteriormente. O montante equivale a 2,6% dos 17.500km do viário da cidade. Parece pouco, mas se aproxima de cidades como Rio de Janeiro, que tem a maior malha cicloviária do País (360km), e da capital colombiana Bogotá (376km), a maior da América Latina, que comporta até 1 milhão de usuários. Atualmente, São Paulo conta com malha de 323,6km, sendo 289,6km de ciclovias, das quais 224,9km foram feitos nessa gestão.

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) vem operacionalizando a implantação. O órgão ainda estuda uma metodologia para contabilizar os ciclistas na cidade. De acordo com a pesquisa Mobilidade 2012, feita a cada dez anos pelo Metrô, as viagens por bicicleta alcançaram 333 mil ao dia, número maior que as feitas por táxi (158 mil ao dia).

Dado que demonstra o volume de bicicletas nas ruas do País é da Associação dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), segundo o qual o Brasil é o terceiro maior fabricante da “magrela”, com participação em mais de 4% da produção mundial, atrás somente da China e Índia, sendo o quinto maior consumidor. A frota nacional está estimada em mais de 60 milhões, sendo que cerca de 44% do total está concentrado na região Sudeste e 50% das viagens têm como destino o trabalho.

Supervisora do Departamento de Planejamento Cicloviário da CET, Suzana Nogueira



Fotos: Beatriz Arruda

conta que na implantação na Capital em um primeiro momento foram priorizadas as áreas próximas às estações de metrô, trem e terminais de ônibus. Ao ser questionada se a Prefeitura dará preferência às regiões mais carentes na periferia, onde há, inclusive, maior circulação de bicicletas, Nogueira afirma: “É um dos eixos do projeto. Em Parelheiros, por exemplo, temos um plano cicloviário. Porém, é uma área de preservação ambiental e há um trecho em que dependemos de uma empresa ferroviária para liberação.” Na zona leste estão concentrados quase 35% do que foi implantado até agora, de acordo com ela, e alguns locais são prioridade, como Jardim Helena, onde há uma demanda grande de usuários.

Informações como essa foram reunidas pela CET a partir de documentos já existentes da companhia e relatos de ciclistas que entregaram um mapa ao poder público. “A primeira coisa que a gente fez foi levantar tudo o que já tinha sido produzido. Tem muita informação do que foi discutido no Plano Diretor de 2004, do qual participei. Fizemos essa coleta de informações dentro da Prefeitura. Depois, pegamos o que havia de previsão em outros órgãos, como

PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE URBANA



A CET optou por ciclovias confinadas para garantir segurança. Na foto maior, ciclovia do Viaduto do Chá com tachões (tartarugas) e boa sinalização. Na Avenida Lourenço Cabreira, periferia da zona sul, a realidade é outra: faltam sinalização e tartarugas.

Metrô, SPTrans, Secretaria de Obras, e fomos acrescentando e estabelecendo diretrizes a partir desses dados. Criamos uma rede de referência”, ressalta a supervisora.

Usuária e defensora do modal, ela lembrou ainda que “pensar uma ciclovia na cidade não é algo novo”. Segundo o Boletim Técnico 50 da CET, que reúne os primeiros esboços e estudos sobre ciclovias na cidade, o primeiro projeto do gênero elaborado pela companhia foi em dezembro de 1980 e ligava dois polos – o Parque do Ibirapuera e a Cidade Universitária –, com um traçado de 7,7km, utilizando os canteiros centrais e calçadas das avenidas.

Diálogo

Morador da Barra Funda, Coronado defende o estreitamento do relacionamento entre ciclistas e poder público a partir de um canal de comunicação. Além disso, sugere a formação de grupos de apoio para visitarem empresas e incentivar os trabalhadores a aderirem ao modal.

Uma parte da sugestão do músico já vem sendo considerada, com reuniões de integrantes da CET com cicloativistas – ciclistas organizados em grupos e coletivos que atuam pelo

uso da bicicleta na cidade. Um deles, José Eduardo Santos, conhecido por Eduardo Magrão, contou ao JE que no dia 19 de maio último o movimento Bike Zona Leste se reuniu com Suzana Nogueira para tratar das conexões entre as ciclovias daquela região. “A batalha agora é para garantir dotação específica para expansão da malha cicloviária na peça orçamentária do Executivo para 2016, além de solicitar emendas do maior numero possível de vereadores para o mesmo fim”, diz Magrão.

Nogueira confirma que diversas reuniões são realizadas com os movimentos organizados. Ela lembra que hoje o perfil do usuário de bicicleta é de percurso de até sete quilômetros. “Não é a realidade de todos. Tem quem venha ao centro de Parelheiros (extremo da zona sul), de São Miguel (extremo da zona leste), diariamente. É uma quantidade menor, mas tem. Por isso, as ciclovias são pensadas para pequenas, médias e longas distâncias, e em todas as regiões da cidade”, explica (leia entrevista completa em <http://goo.gl/iKnSkA>).

Professor de Direito, Odir Züge Junior defendeu recentemente tese de doutorado sobre cicloativismo paulistano. “Defendo a legalidade do discurso dos ciclistas. Desde norma de Constituição até norma técnica de construção de obras viárias, eles estão prestando atenção. É recorrente aqui no Brasil que os técnicos que tratam do planejamento não compreendam suficientemente o agir no trânsito de bicicleta e consultem frequentemente os ciclistas que estão se organizando no País inteiro”, diz ele, que atribui tal situação à ausência desse conhecimento específico. “No Brasil, os corpos técnicos são formados sem informação sobre bicicletas. Pergunta para qualquer engenheiro mecânico se algum deles fez alguma matéria específica sobre bicicleta (na graduação)”, desafia Züge, que pedala diariamente por cerca de 20km, do Horto Florestal, onde mora, até seu trabalho. “Eu vou e volto e não sou um super-homem. É uma distância que muita gente faz. Levo meu terno e gravata na mochila e tenho onde tomar banho. Considero grandes deslocamentos acima de 30km.” De acordo com seus estudos, os cicloativistas são poucos,

“alguns milhares” que, mesmo sem poder econômico, mantêm um diálogo permanente com o poder público há cerca de oito anos.

Para a jornalista Cláudia Hallage, que há dois anos voltou a pedalar constantemente de Santo Amaro até a região central e Pompéia, é preciso investir em educação para harmonizar as relações dos diversos atores do trânsito. “Os motoristas de carro e de caminhão vêm pra cima, fechando a gente. Quando pedalo sozinha, a agressividade é maior, por ser mulher. Já teve mão esticada para bater na minha bunda, escuto coisas do tipo ‘vem pedalar aqui, vem sentar aqui’”, lamenta ela, que integra o grupo de mecânicos da Oficina Mão na Roda, da Associação Ciclocidade, cujo objetivo é ensinar o ciclista a consertar sua própria bicicleta.

A educação no trânsito é apontada também como fundamental por diversos especialistas. Em São Paulo, foram registradas 47 mortes de ciclistas em 2014, 12 a mais que em 2013, segundo estudo da CET. Em percentuais, o aumento equivale a 34,3%, mas em números absolutos, é a segunda menor estatística em dez anos. “As ciclovias salvam vidas. Ruim com elas? Pior sem”, conclui Coronado.

Confira também reportagem no JE na TV em <https://goo.gl/BAv86>

A experiência do SEESP

A reportagem do **Jornal do Engenheiro** andou por algumas das ciclovias do centro com apoio do usuário Daniel Coronado, que a orientou sobre ajustes que precisam ser feitos, como constatado pela reportagem. Entre eles, buracos, declives no meio-fio que em uma ciclovia bidirecional podem representar perigo ao usuário que estiver na via próxima da calçada. Também falta sinalização em alguns cruzamentos.

Quando se anda pela ciclovia, é possível perceber que o volume de bicicletas circulando é significativo. Fica evidente que ainda há um número bem menor do que o esperado, mas já há um movimento inicial de pessoas indo e voltando do trabalho, entregadores e crianças passeando.

A equipe do JE pôde constatar que muitas das críticas sobre a qualidade das ciclovias são perti-



Ciclovia bem sinalizada e segura no trecho final da Rua da Consolação, próxima do metrô Anhangabau.

Reprodução: JmaTV



Equipe do JE testou ciclovias na região da Barra Funda.



Terceirização DANOSA À ECONOMIA DO PAÍS

Rosângela Ribeiro Gil

APROVADO PELA Câmara dos Deputados em 8 de abril último, o Projeto de Lei 4.330/04, que regula a terceirização e a estende às atividades-fim, é absolutamente danoso aos trabalhadores e à economia do País. Essa é a opinião do presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira. “Ele não só suprime garantias como reduz salários em massa, produzindo efeitos na própria capacidade de consumo do trabalhador”, adverte.

A matéria, que agora tramita no Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15, deverá passar, antes de ir à votação em Plenário, nas comissões permanentes de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Econômicos (CAE), Direitos Humanos (CDH), Ciência e Tecnologia (CCT) e ainda na de Educação (CE), segundo informa o diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho.

O presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, critica que a pretexto de garantir direitos aos já terceirizados, uma medida necessária e urgente, “querem promover a desregulamentação indiscriminada de mais de 30 milhões de assalariados, ao estender o sistema às atividades-fim”. E conclama: “Neste momento, o movimento sindical reivindica o debate transparente, tranquilo e sem pressa, pois estamos tratando da vida de milhões de brasileiros e do próprio País.”

“Querem promover a desregulamentação indiscriminada de mais de 30 milhões de assalariados, ao estender o sistema às atividades-fim”, critica Murilo Pinheiro, presidente do SEESP.

Até o fechamento desta edição, estava definido apenas o nome do relator da matéria na CDH: senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar já informou que seu parecer será pela rejeição total do texto aprovado na Câmara. “Não aceitaremos a extensão da terceirização às atividades-fim em hipótese alguma.” Ele defende a apresentação de uma proposta alternativa para, de fato, regulamentar o sistema em vigor há quase 30 anos no País. “O objetivo é melhorar a vida dos 12 milhões de terceirizados, com a responsabilidade solidária por parte do empregador, direito a tudo que está na CLT (*Consolidação das Leis do Trabalho*) e na Constituição Federal, inclusive ao mesmo acordo coletivo”, relaciona.

Para Toninho, esse embate, um dos maiores dos últimos tempos, acontece porque o governo está enfraquecido. “As forças conservadoras conseguiram um espaço com essa situação e pautaram uma matéria que estava parada há 11 anos na Câmara.” Sua expectativa é que, no Senado, se consiga debater com tranquilidade e se chegue a um texto que contemple os interesses dos trabalhadores, retirando a atividade-fim e não permitindo a transformação do trabalhador em pessoa jurídica, ou seja, a “pejotização, quando o empregado vira empresa de uma pessoa só”. Ele lembra que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), já avisou que o projeto vai tramitar com tempo. Líder da bancada do PMDB na Casa, o senador cearense Eunício Oliveira reforça a necessidade da discussão. “Devemos, sim, regulamentar esse setor, mas que não tenha abertura para sua atuação nas atividades-fim, seja no setor privado ou público.”

Projeto desumano

O Senado realizou uma sessão temática no dia 19 de maio último, em que lideranças sindicais e empresariais e parlamentares apresentaram suas posições sobre o PLC 30/15. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, a terceirização proposta significaria uma “espe-

cialização”, e não a precarização das relações de trabalho.

O presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto, discorda e adverte que mais de 37 milhões de brasileiros podem, com o projeto, ser terceirizados a qualquer momento. Maria das Graças Costa, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), lamenta que a liberação da terceirização das atividades-fim vá na contramão das conquistas sociais dos últimos anos. O senador Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que é preciso garantir direitos aos que já estão sob esse sistema de trabalho, mas “nunca na forma como foi aprovado na Câmara”. Já o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) entende que o projeto é “desumano e socialmente irresponsável”, por isso, considera que o ideal é a Casa rejeitá-lo e elaborar uma nova proposta.

Para o presidente da Anamatra, o texto aprovado na Câmara implica enfraquecimento da dignidade do trabalho como valor fundante da República. Ele observa que a atividade terceirizada hoje, no Brasil, é responsável por diferenças salariais de 30%, por jornadas superiores em, no mínimo, três horas à legal de oito horas, muitas vezes sem o pagamento respectivo, e pelo absurdo aumento de acidentes de trabalho. Estudo da CUT com a participação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), publicado em novembro de 2014, entre outros dados, mostra a alta rotatividade dos terceirizados – 64,4% contra 33% dos diretamente contratados –, bem como o grande número de ações na Justiça do Trabalho por conta de “calote” no cumprimento das obrigações trabalhistas pelas contratantes.

No dia 29 de maio estava programada a realização de paralisações e manifestações, em todo o País, contra o PL da terceirização e as medidas provisórias 664 e 665, relativas ao ajuste fiscal (leia em <http://goo.gl/PGexee>).

Mais informações:

Dossiê Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha (<http://goo.gl/Swb427>)



Marcos Oliveira/Agência Senado

Sessão temática no Senado reuniu dirigentes sindicais, empresários e parlamentares para debater projeto de terceirização que regula e estende regime às atividades-fim.

Novidades

Central de Concursos com desconto

A Central de Concursos oferece preparação aos que buscam aprovação a uma vaga na carreira pública. O convênio com o SEESP garante ao associado e seus dependentes descontos de 8% nas mensalidades e 12% no material didático. Rua Barão de Itapetininga, 163, Centro. Mais informações pelo telefone (11) 3017-8800 e no *site* www.centraldeconcursos.com.br.

EA pintura em Sorocaba

Serviços de pintura com látex, verniz, grafiado e esmalte sintético são executados por Elias Antunes. Mais informações pelos telefones (15) 98139-2975 e 99679-1979 e *e-mail* eliasantunespinturas@yahoo.com.br. Desconto de 10%.

Estude línguas no Interior

Cursos de inglês e espanhol estão ao alcance dos associados e seus dependentes na Achieve Languages, com a qualidade Oxford University Press. Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 3.654, Santa Cruz, em São José do Rio Preto (SP). Mais informações pelo telefone (17) 3211-9493, *e-mail* achieveriopreto@terra.com.br e no *site* www.achievelanguages.com.br/sjriopreto. Desconto de 40%.

Outra opção para aprender estes idiomas é no Yázigi. Há cursos regulares para crianças, pré-adolescentes, adolescentes, adultos e os business, além de programas de intercâmbio que propiciam aprendizado mais rápido. Avenida Adhemar de Barros, 662, Via Adyanna, em São José dos Campos (SP). Mais informações pelo (12) 3322-9455, *e-mail* adyanna@yazigi.com e no *site* www.yazigi.com.br. Desconto de 15%.

Cinemark na Capital e Interior

Adquira ingressos à Rede Cinemark na sede do SEESP pelo preço de R\$ 17,00 e troque-os nas bilheterias dos cinemas. Promoção na Capital e Interior, exceto nas salas do Shopping Iguatemi, Vip Cidade Jardim, 3ª Dimensão e XD. Informações no Departamento de Benefícios pelo telefone (11) 3113-2664 e no *site* www.cinemark.com.br.

Psicoterapia em Santos

Crianças, adolescentes, adultos têm à disposição serviços da psicóloga Daniela Soares Gonzales Faria. Também realiza orientação vocacional e profissional. Atende na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 208, conjunto 3, Pompéia. Mais informações pelo telefone (13) 99782-3048 ou *e-mail* daniela.s.gonzales@gmail.com. Desconto de 50%.

Clínica Dr. Família na Capital

Atendimento em várias especialidades como alergologia, cardiologia, clínica geral, ginecologia, mastologia, pneumologia, psicoterapia e outras. Os preços das consultas vão de R\$ 80,00 a R\$ 120,00, exceto terapia familiar que custa R\$ 160,00, mais exames de R\$ 30,00 a R\$ 250,00, e outros serviços cujos valores podem ser informados pelo telefone (11) 2704-7700 e no *site* www.clinicadrfamilia.com.br. Avenida do Oratório, 5.737, salas 11 e 12, Vila Industrial.

Farmácia de manipulação na Mooca

Na Manifrança os filiados e seus dependentes podem aviar receitas com desconto de 20%. Avenida Paes de Barros, 908, na Capital. Mais informações pelo telefone (11) 2605-8412, *e-mail* manifranca3@gmail.com e no *site* www.manifranca.com.

Convênios

Saúde

- Raquele Aparecida da Costa Vilalta atende crianças, adolescentes, adultos e idosos. Praça Rafael, 12, sala 32, Centro de Taubaté (SP). Informações pelos telefones (12) 98126-7518 e 98232-2162, *e-mail* raquele.vilalta@yahoo.com.br. Desconto de 20%.

Turismo

- D'Illa Roche Operadora de Turismo – Promoções para viagens de navio nacionais e internacionais. Rua Brigadeiro Tobias, 502, Centro de Sorocaba (SP). Informações pelos telefones (15) 3233-4024, 3342-7100, 98126-1908 e (11) 99367-8755, *e-mail* dllrot@gmail.com e

Academia de expressão

Cursos de oratória, para falar em público, de expressão e para palestrantes. Rua Frei Caneca, 322, 1º andar, sala 12, Bela Vista, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3258-0623/0342, *e-mail* contato@academiadeexpressao.com.br e no *site* www.academiadeexpressao.com.br. Desconto de 15%.

Psicanalista ao seu alcance

Adilson Costa oferece seus serviços de psicoterapia psicanalítica e psicanalítica breve em novo endereço. Rua Mário Campolim, 560, Campolim, em Sorocaba (SP). Mais informações pelo telefone (15) 99618-1909 e *e-mail* adilsonncosta@gmail.com. Descontos de 20% a 30%.



no *site* www.dllaroche.com.br.

Descontos de 5% e 10%.

- Estrela do Mar em Ubatuba – Chalés mobiliados na Rua Tapiá, 362, Praia do Lázaro (altura do km 62 da Rodovia Rio-Santos), Ubatuba (SP). Informações pelos telefones (12) 3842-1331/2472 e (11) 97220-6679 e no *site* www.chalesestreladomar.com.br. Desconto de 10%.
- Villa di Mantova Resort Hotel – Diária com pensão completa. Rua Humberto Avancini, 133, Jardim Nova Lindóia, Águas de Lindóia (SP). Informações pelos telefones (19) 3824-1444/2700/8400 e no *site* www.villadimantova.com.br. Desconto de 10% nas diárias.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br



Profissionais da Prefeitura debatem proposta do Executivo



Deborah Moreira

Delegados sindicais do SEESP na Prefeitura de São Paulo apresentam contraproposta durante assembleia.

Em 27 de maio, engenheiros que atuam na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) lotaram auditório do SEESP, na Capital, durante Assembleia Geral Extraordinária para debater contraproposta do Executivo Municipal. Trata-se de uma tabela com valores maiores que os anteriormente apresentados, porém, ainda na forma de subsídio, modalidade já rejeitada pela categoria. A tabela equipara os vencimentos iniciais ao piso previsto na Lei 4.950-A/66 para jornada de oito horas diárias.

Os delegados sindicais do SEESP na Prefeitura explica-

ram no ensejo que qualquer deliberação sobre a contraproposta depende do envio do texto do projeto de lei da carreira própria proposto pelo Governo Fernando Haddad. O assessor do sindicato, Carlos Hanickel, lembrou da luta dos engenheiros e arquitetos há 2,5 anos. Foi salientado que é a primeira vez que o governo municipal senta para negociar um plano de carreira própria com ambas categorias, que estão desde 2007 sem reposição das perdas inflacionárias, que somam cerca de 51%.

O trabalho do engenheiro de segurança com o eSocial

A Associação Paulista de Engenheiros de Segurança do Trabalho (Apaest) realizou, no dia 25 de maio, na sede do SEESP, na Capital, palestra gratuita sobre eSocial, com Eduardo Milaneli, engenheiro químico e de segurança do trabalho, com formação em recursos humanos na gestão de negócios. Na sua concepção, conhecer esse sistema de escrituração fiscal é fundamental ao profissional da área.

O novo regime está mudando a forma como as empresas do

País lidam com as obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas. “Ele unificará o envio de dados sobre trabalhadores para o governo federal e permitirá que os empregadores prestem as informações uma única vez. A transmissão é por meio eletrônico”, explicou. O projeto envolve a Receita Federal, os ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Caixa Econômica Federal. Detalhes em <http://goo.gl/6db8qY>.

Diretor do SEESP em Lins recebe homenagem

A Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região Administrativa de Lins (Senag) homenageou o engenheiro civil Eder Toyodi Yoshimatsu como Profissional do Ano de 2014, em jantar no dia 22 de maio na sede social do Lins Country Club, na cidade. Yoshimatsu é diretor-2º secretário da Delegacia do SEESP em Lins. Representando essa entidade, a também engenheira Valentina Maria Prado de Lorenzo o presenteou na oportunidade, entregando-lhe ainda um certificado por parte do sindicato.



Divulgação Senag

Valentina Lorenzo presenteia Eder Yoshimatsu durante homenagem a esse engenheiro.

Aula aberta no Isitec sobre eficiência energética

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) promove no próximo dia 11 de junho, em suas dependências (Rua Martiniano de Carvalho, 170, Bela Vista, na Capital), das 19h às 21h30, uma aula aberta sobre eficiência energética para interessados na Pós-graduação em Gestão de Energia – European Energy Manager (Eurem). Essa será ministrada por Lineu Belico Reis, engenheiro eletricista e professor da Universidade de São Paulo (USP) e do Eurem. Mais informações pelo telefone (11) 3254-6874 ou e-mail pos@isitec.edu.br.

CAMPANHAS SALARIAIS



Beatriz Arruda

Assembleia dos engenheiros que atuam no Metrô delibera por manutenção de estado de greve.

METRÔ – Em assembleia no dia 26 de maio, na sede do SEESP, na Capital, os engenheiros que trabalham no Metrô recusaram a proposta econômica apresentada pela companhia na reunião no Núcleo de Conciliação de Coletivos (NCC) do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP) no mesmo dia. Decidiram, assim, pela manutenção do estado de greve até a próxima negociação no NCC, agendada para 1º de junho – data em que estava marcada nova assembleia. O SEESP informou ao Metrô que a categoria considerou um avanço a proposta de conciliação colocada pelo Tribunal, especialmente com relação ao cumprimento da Lei nº 4.950-A/66, que trata do piso salarial dos engenheiros.



Beatriz Arruda

Na CPTM, categoria rejeita proposta econômica apresentada pela empresa e decide por paralisação no dia 3 de junho.

CPTM – Os engenheiros que atuam na CPTM, em assembleia também em 26 de maio, rejeitaram a proposta econômica apresentada pela empresa na segunda Audiência de Instrução e Conciliação do Dissídio de

Greve do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/SP) na data e suspenderam a greve marcada para o dia 27, aprovando paralisação em 3 de junho – a qual será deliberada em nova assembleia no dia 2.

SABESP – Também nessa empresa a categoria está em estado de greve. Em assembleia realizada no dia 20 de maio, na sede do SEESP, na Capital, os engenheiros da Sabesp, após análise e debate sobre a proposta final da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2015 entregue ao sindicato na última reunião de negociação (dia 18), deliberaram por rejeitar a proposta e aprovar data indicativa de paralisação no dia 2 de junho, a partir de zero hora – a qual será ratificada em assembleia no dia anterior.